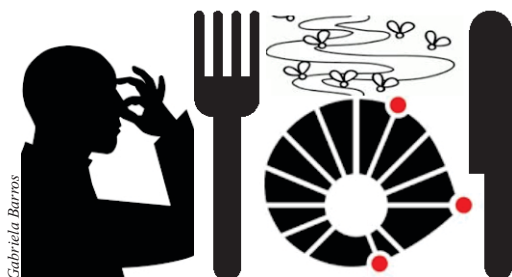


## DIGNIDADE

### STU tenta barrar a terceirização do bandejão



Há muitos anos pedimos melhorias no serviço de alimentação para a comunidade universitária. A situação precária não é de agora, e já ouvimos muitas reclamações da qualidade.

A verdade é que poucos funcionários são do próprio quadro da Unicamp, e recentemente a atual gestão resolveu terceirizar completamente o setor abrindo esse processo de licitação.

O valor total do contrato do bandejão que será colocado na criação de subempregos na universidade é de mais de R\$ 129 milhões por 30 meses.

A situação é crítica, se for aprovada esta empresa vai administrar todo o bandejão, desde a compra dos alimentos até as entregas.

#### STU cobra cópia do processo

O STU solicitou à reitoria uma cópia do processo, e a Unicamp tem um prazo para responder e enviar.

Somos contra a terceirização porque entendemos que cada função precisa ser valorizada pela sua especificidade, sem contar que com a terceirização, a abertura de concursos fica cada vez mais difícil de se conquistar.

O reitor Tom Zé está sucateando este setor da Unicamp, e fechando as portas para a criação de empregos.

Agora é a hora de ficarmos atentos com o que vai acontecer com o bandejão, pois é de interesse de toda comunidade universitária que o utiliza. Não a exploração e a criação de subempregos!

O STU pediu ao Tribunal de Contas do Estado de SP a impugnação do contrato da empresa que ganhou o processo de licitação para o bandejão na Unicamp, conforme foi publicado no Diário Oficial do Estado.

A empresa está sofrendo uma penalidade sanitária ao servir alimentos sem condições de higiene no Rio de Janeiro.

### Sem negociação, sem início das aulas no segundo semestre!

O Fórum das Seis se reuniu no dia 05/07, a pedido do STU, para debater a pauta e manteve a reivindicação protocolada em abril.

Precisamos recuperar nossas perdas salariais, de maio/2012, e estamos cobrando reajuste de 21%.

Sabemos que o dinheiro está guardado em caixa!

A orientação do Fórum das Seis é que as categorias deverão realizar assembleias até o dia 10/08.

A diretoria do STU convoca toda categoria para a **Assembleia na Praça da**

**Paz, no dia 10/08, às 12h**, para debater os indicativos do Fórum das Seis: *paralisação com ato unificado dia 16/08, e não iniciar as aulas no segundo semestre de 2022 se não tiver negociação.*

Estamos sempre na luta pela valorização da nossa categoria, para juntos conquistarmos as nossas pautas.

Nós merecemos respeito e dignidade! Precisamos continuar mobilizados!

Nos vemos dia 10/08, na Praça da Paz, ao meio dia!

#### ICMS CRESCE 15,98% EM JUNHO

A arrecadação do ICMS de junho/2022 teve um crescimento de 15,98%, comparado com o mês de junho/2021.

O total arrecadado foi de R\$12,622 bilhões em junho/2022, comparado aos R\$10,918 bilhões de junho/2021.

No acumulado do ano (janeiro a junho/2022) teve um crescimento de 16,86%, maior que o mesmo período de 2021.

O total arrecadado no primeiro semestre/2022 atingiu R\$ 74 bilhões, comparado aos R\$ 63,471 bilhões do primeiro semestre/2021.

O gasto com folha acumulado de janeiro a junho de 2022 continua nos patamares mais baixos desde a Autonomia Universitária com 68,81% na média das três Universidades (Unesp 66,58%, Unicamp 72,67% e USP 68,17%).

\*Análise dos dados por José Luís Pio, diretor do STU.

#### STU CONVIDA PARA RODA DE CONVERSA SOBRE MULHERES E LGBTQIA+

As Coordenações de Mulheres e LGBTQIA+ do STU vão realizar uma roda de conversa com café **hoje (14), às 9h, sobre mulheres e LGBTQIA+** e espera você para participar.

Estamos atentas as ameaças que as mulheres e o grupo LGBTQIA+ tem sofrido, e por isso vamos nos reunir para debater e encontrar formas de nos fortalecer e juntas lutarmos contra qualquer tipo de violência.

Te esperamos com um café quentinho na sede do STU.

## Nem 3 semanas, nem 3 meses

# Ao descumprir compromisso de iniciar GT salarial e recusar diálogo sobre data-base, Cruesp opta por novo período de arrocho

**Fórum indica rodada de assembleias até 19/8: Sem negociação, categorias devem discutir não início do semestre letivo**

“**E**m duas ou três semanas”. Esse foi o prazo estipulado pelo Conselho de Reitores (Cruesp) para realizar a primeira reunião do grupo de trabalho (GT) salarial, com o objetivo de debater as perdas salariais passadas e mecanismos de valorização dos níveis iniciais das carreiras. Ocorre que este compromisso foi assumido em **17/3/2022**, em mesa de negociação entre as partes, ou seja, quase quatro meses atrás.

Desde então, o Cruesp sequer responde aos ofícios do Fórum das Seis, que pedem o início dos trabalhos do GT e, também, uma reunião para dialogar sobre a **Pauta de Reivindicações da data-base de 2022**, protocolada em 13/4/2022.

### A inflação não dá trégua:

**De março a junho/2022, índice soma quase 4%!  
De maio/2012 até agora, perdemos 16,5 salários!**

Quem vai ao supermercado sente na pele a tenebrosa escalada dos preços dos alimentos. Em junho/2022, a inflação medida pelo INPC-IBGE ficou em 0,62%. Com isso, o acumulado de março a junho deste ano está em 3,87%. Se o Cruesp continuar se recusando a receber o Fórum das Seis, fazendo de conta que a inflação não existe, muito em breve o reajuste de 20,67%, recebido em março/2022, terá se transformado em poeira, como mostra o gráfico ao lado.

Veja estes números:

- De maio/2012 a junho/2022, a inflação (Dieese-INPC), soma 87,41%.
- Em igual período, já contabilizando os 20,67% em março/2022,

tivemos 53,27% de reajuste.

- O comprometimento médio das universidades com folha de pagamento manteve-se quase inalterado após o reajuste de março/2022: 68,81%, segundo planilha do Cruesp em junho/2022.
- Para voltarmos ao poder aquisitivo de maio/2012, precisaríamos de um reajuste de 22,23% em junho/2022.
- A inflação que deixou de ser paga neste período corresponde a **16,5 salários** não recebidos por cada servidor/a técnico-administrativo/a e cada docente, ou seja, **1 ano e 8 meses trabalhados de graça**.



## Atenção à rodada de assembleias de base até 19/8



Nas duas reuniões realizadas entre Fórum e Cruesp neste ano – nos dias 7 e 17/3/2022 – o discurso dos reitores Pasqual Barretti, Antonio José de Almeida Meirelles (Tom Zé) e Carlos Gilberto Carlotti Junior, respectivamente da Unesp, Unicamp e USP, era de que estava se iniciando uma nova etapa nas relações entre as reitorias e as representações das categorias, desgastada nos últimos anos. No entanto, os meses que se seguiram levam a crer que o discurso de diálogo democrático e permanente não era para valer. No ato público realizado em Campinas, no dia 31/5, embora presente na reitoria, o reitor Tom Zé, atual presidente do Cruesp, recusou-se a receber uma comissão do Fórum para conversar.

Sob o risco de afundarmos em uma nova etapa de corrosão salarial e desrespeito à comunidade, é preciso reagir. Sem mobilização, nossa voz não será ouvida e nosso poder aquisitivo descerá ladeira abaixo.

Reunidas em 5/7, as entidades que compõem o Fórum das Seis aprovaram a realização de uma rodada de assembleias de base até 19 de agosto, para discutir indicativos de mobilização, entre eles o não início do segundo semestre letivo, caso não haja agendamento de reunião pelo Cruesp.

### Arrecadação do ICMS segue em alta

Nas últimas semanas, o ICMS, imposto do qual derivam os recursos para as universidades estaduais paulistas, esteve no centro das discussões, por conta da aprovação da 194/2022 pelo Congresso Nacional (veja matéria na página 3).

Fato é que a arrecadação segue em alta, tendência que vem se mantendo desde o meio de 2020, apesar da pandemia. Em junho/2022, os valores da quota-parte do estado (75% do total) ficaram em R\$ 12,662 bilhões, 15,98% superiores ao mesmo mês de 2021 (R\$ 10,918 bilhões).

A arrecadação do ICMS-QPE de janeiro a junho/2022 está cerca de 7,7% maior do que deveria estar, no mesmo período, para uma arrecadação anual de R\$ 142,873 bi (usada nos orçamentos das universidades de 2022), apontando para um resultado em 2022 significativamente superior ao previsto.

### Comprometimento com salários segue em baixa

Os persistentes bons resultados do ICMS têm levado a uma situação curiosa nas universidades. Mesmo com o reajuste de 20,67% em março/2022, o comprometimento médio acumulado (janeiro a junho/2022) dos repasses do ICMS-QPE com folha de pagamento segue bastante baixo, em 68,81% (66,58% na Unesp, 72,67% na Unicamp e 68,17% na USP). Trata-se do menor com-

prometimento desde o advento da autonomia universitária, em 1989. Há espaço financeiro nas universidades para discutirmos e implementarmos um plano de recuperação de nossas perdas e de valorização dos níveis iniciais das carreiras.

### Novo ofício ao Cruesp: Haverá resposta?

A coordenação do Fórum das Seis encaminhou novo ofício ao Cruesp (nº 10/2022, de 11/7/2022), reivindicando:

1) **Agendamento de reunião para discussão da Pauta Unificada de Reivindicações 2022**, relativa à data-base deste ano, definida a partir dos debates e encaminhamentos de todas as categorias envolvidas. A Pauta foi protocolada junto ao Cruesp em 13/4/2022.

2) **Definição da data para a primeira reunião do grupo de trabalho (GT)**, cuja reativação foi acordada entre as partes na negociação de 17/3/2022. Naquela oportunidade, o Cruesp comprometeu-se a agendá-la para breve, tendo como objetivo listar os estudos e levantamentos que precisam ser feitos pelas universidades para subsidiar a construção de propostas para um plano de reposição das perdas históricas e para um plano de valorização dos níveis iniciais das carreiras.

A comunidade espera que este seja respondido, diferente dos outros seis enviados neste ano e que sequer tiveram retorno.



# O ICMS, a medida eleitoreira de Bolsonaro e os prejuízos aos serviços públicos

*Fórum das Seis solicita reunião técnica com Cruesp para discutir impactos da redução de alíquotas*

**E**m mais uma investida eleitoreira, o governo federal patrocinou e fez aprovar no Congresso Nacional a Lei Complementar (LC) 194/2022, que estabelece um teto (18% no estado de São Paulo) a ser aplicado pelos estados nas alíquotas de ICMS sobre combustíveis, gás natural, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo. Ao mesmo tempo em que sancionou a lei, o presidente Jair Bolsonaro vetou a compensação aos estados de eventuais prejuízos para as áreas de saúde e educação com a medida. Da mesma forma, vetou a proteção dos recursos destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – o ICMS – é a principal fonte de arrecadação dos estados e municípios, ou seja, tem repercussão direta sobre o financiamento da educação, da saúde e dos demais serviços públicos.

O discurso superficial e ideologizado do presidente para defender a medida tenta apresentar a redução nas alíquotas como solução para a disparada dos preços dos combustíveis. No entanto, deixa de abordar as questões de fundo envolvidas no problema, como a política de preços da Petrobras, que acompanha a dolarização e favorece os altos lucros dos acionistas majoritários e dos conglomerados financeiros que detêm estas ações. Com isso, a pequena queda obtida com a limitação do ICMS pode ser anulada a qualquer momento com um novo aumento nos preços.

## Impactos em São Paulo

Tão logo a LC 194/2022 foi sancionada, o governo paulista divulgou a previsão de que o estado perderia cerca de R\$ 14 bilhões anuais na arrecadação do ICMS. Como as universidades estaduais paulistas recebem 9,57% da quota-parte (QPE) do estado, que corresponde a 75% do total, falou-se em uma perda em torno de R\$ 1 bilhão por ano.

Posteriormente, a Secretaria da Fazenda Pública do estado reviu os números e disse que estimava uma queda em torno de R\$ 4,4 bilhões na arrecadação geral do ICMS.

O Fórum das Seis enviou ofício ao Cruesp solicitando o agendamento de uma reunião técnica para discutir os impactos na



arrecadação do ICMS no financiamento das universidades.

## A luta pela aprovação de mecanismo constitucional

A forma atual de financiamento da Unesp, Unicamp e USP – um percentual do ICMS-QPE – teve início com o decreto nº 29.598, que estabeleceu a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira para as universidades estaduais paulistas, assinado pelo então governador Orestes Quércia no dia 2 de fevereiro de 1989. Com as lutas da comunidade, no decorrer dos anos seguintes, o índice foi ampliado, passando dos iniciais 8,4% para os atuais 9,57%.

A possibilidade de uma reforma tributária, que pode levar ao fim do ICMS, traz preocupação quanto ao financiamento das universidades estaduais. A reivindicação do Fórum das Seis, que também vem sendo corroborada pelo Cruesp nos últimos anos, é que a Assembleia Legislativa aprove a inscrição de um mecanismo definitivo de financiamento na Constituição estadual, como forma de alicerçar com segurança o ensino, a pesquisa e a extensão realizada por estas instituições, fundamentais para o desenvolvimento do estado e da nação.

## LDO 2023: Único “avanço” foi a volta da expressão “no mínimo”

Com pouca discussão pública, foi aprovada na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2023. A votação aconteceu em sessão extraordinária no dia 29/6.

Nenhuma das emendas propostas pelo Fórum das Seis – e apresentadas por alguns/algumas parlamentares – foi acatada no relatório final encaminhado pela Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP) ao plenário. A única mudança foi a reinsertão da expressão “no mínimo” antes do percentual de repasse às universidades.

As emendas do Fórum propunham o aumento do percentual de repasse do ICMS (quota-parte do estado) dos atuais 9,57% para valores de até 11,6% e a inclusão do termo “do total do produto da arrecadação”. Para o Centro Paula Souza, que mantém as escolas técnicas (ETECs) e faculdades de tecnologia (FATECs), e que não dispõe de dotação orçamentária (o governador define todo ano o quanto quer destinar), a proposta era de 3,3% do ICMS-QPE.